

SE O FASCISMO NUNCA EXISTIU, ENTÃO O QUE FOI O 25 DE ABRIL? REFLEXÕES A PARTIR DO ENSAÍSMO DE EDUARDO LOURENÇO

IF FASCISM NEVER EXISTED, THEN WHAT WAS APRIL 25TH? REFLECTIONS BASED ON EDUARDO LOURENÇO'S ESSAY

João Tiago Lima¹

RESUMO

A partir do título do livro que Eduardo Lourenço publicou em 1976, **O Fascismo nunca existiu**, visa-se reflectir acerca da dificuldade sentida pelos portugueses em pensar com profundidade o que foi a experiência de 48 anos de Estado Novo. Segundo Eduardo Lourenço, sem realizar essa meditação, seria impossível o regime democrático saído do 25 de Abril criar o seu próprio imaginário. O estudo termina com a tentativa de avaliar se hoje, 50 anos depois da Revolução dos Cravos, essa meditação está feita ou ainda permanece por fazer.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo. 25 de Abril. Eduardo Lourenço.

ABSTRACT

Based on the title of the book that Eduardo Lourenço published in 1976, **O Fascismo nunca existiu**, the aim of this study is to reflect on the difficulty felt by the Portuguese to think deeply about the experience of 48 years of Estado Novo. According to Eduardo Lourenço, without carrying out this meditation, it would be impossible for the democratic regime that emerged from the 25th of April to create its own imaginary. The study ends with an attempt to assess whether today, 50 years after the “Revolução dos Cravos”, this meditation has been done or still remains to be done.

KEY-WORDS: Fascism. April 25th. Eduardo Lourenço.

Se começar por dizer que, no título que escolhi para participar nesta evocação dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 (através da mediação do ensaísmo de Eduardo Lourenço), nada há que pretenda ser provocatório, o mais provável é que o leitor considere isso uma clara provocação. Dizer, hoje, meio século transcorrido do 25 de Abril, que o Fascismo nunca existiu ainda pode — se calhar, deve! — suscitar alguma controvérsia, mesmo se, ao longo das últimas décadas, muitos e valiosos estudos tenham concorrido para uma importante historiografia acerca do Estado Novo, que nos permite apreender melhor a especificidade do (impropriamente?) chamado *fascismo português*. Ou seja, não se trata aqui de averiguar qual o conceito político que melhor ajuda a compreender quase metade do século vinte português ou, aspecto sem dúvida tão ou até mais importante do que esse (porquanto os seus efeitos não se extinguiram ainda), procurar perceber as suas causas mais verdadeiras e profundas. Esse trabalho, cuja importância é iniludível, não cabe (nem poderia caber) nas considerações que aqui irei apresentar.

A expressão “o Fascismo nunca existiu” que aqui me importa é, antes de mais e para evitar quaisquer outros equívocos desnecessários, o título de um livro que Eduardo Lourenço publicou em Lisboa no ano de 1976 nas Publicações Dom Quixote, passavam apenas pouco mais de dois anos desde a Revolução dos Cravos. Na capa do livro a expressão “nunca existiu” não aparece entre aspas ou em itálico, aspecto que tem certa relevância e de que falarei mais à frente. No entanto, ao consultar o índice do volume, de imediato nos podemos aperceber que o nome da obra foi inspirado directamente em dois artigos publicados alguns meses antes. O primeiro, também com o exacto nome “O Fascismo nunca existiu”, apareceu, tal como se esclarece em pé de página, “no *Jornal Novo*, em fins de Janeiro de 1976” (Lourenço, 1976, p. 177). Não consegui, no entanto, encontrar até hoje essa versão original do texto. O segundo é o capítulo quase homónimo — quase porque o artigo definido “O” é aqui substituído pela preposição “Do” e, por outro lado, antes da expressão final aparece o pronome relativo “que”... Este capítulo corresponde a um artigo, exactamente com o mesmo título: “Do fascismo que ‘nunca existiu’”, publicado no semanário **O Jornal** em 9 de abril de 1976. Neste segundo caso, a expressão “nunca existiu” aparece sempre (no livro e no jornal) destacada entre aspas.

Uma nota que consta da última página do livro informa-nos que ele acabou de se imprimir em 19 de julho de 1976. Para além de Eduardo Lourenço recuperar três textos redigidos respectivamente em 1959, 1960 e 1969 (e que constituem a primeira secção do livro), o volume integra artigos publicados na imprensa no período pós-revolução e um prefácio datado de 18 de junho de 1976. Na revista **Opção** e no semanário **O Jornal** encontrei três textos que, no final do mês de agosto, dão conta da edição do livro. São eles, por ordem cronológica:

1) A.P. “O fascismo? Nunca existiu...”, **O Jornal**, Lisboa, 20/VIII/1976, p. 26.

2) Margarida Schiappa, “O fascismo nunca existiu de Eduardo Lourenço”, **Opção**, nº 18, Lisboa, 26/VIII/1976, pp. 53-54.

3) José Augusto Seabra, “Eduardo Lourenço ou a incomodidade de pensar (o fascismo e o resto)”, **O Jornal**, Lisboa, 27/VIII/1976, p. 14.

Sem prejuízo de achar que os textos de reflexão política de Eduardo Lourenço incluídos em **O Fascismo nunca existiu**, tal como os que compõem o livro **O Complexo de Marx** e todos os dispersos que, pelo menos até agora, nunca foram reunidos em volume, justificam uma análise mais pormenorizada e sistemática, decidi centrar a minha atenção nos dois capítulos que, por assim dizer, *demonstrariam* a suposta *não-existência* do Fascismo. Digo suposta porque, segundo A.P. (Afonso Praça?), “o título *diz* precisamente o contrário daquilo que parece: o fascismo existiu. Compete-nos, agora, analisá-lo, estudá-lo nos seus diversos aspectos” (A. P., 1976, p. 26). Ora, que pistas nos podem facultar os dois artigos que inspiraram a expressão que serve de título ao livro de Eduardo Lourenço?

Em “O Fascismo nunca existiu”, artigo de **O Jornal Novo**, há um acontecimento que constitui, por assim dizer, a causa próxima deste ensaio. O capitão de Abril, Otelo Saraiva de Carvalho, na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, foi preso e Eduardo Lourenço comenta: “De uma maneira ou de outra, todos estamos com Otelo na sua prisão” (Lourenço, 1976, p. 180). Grande parte da argumentação expandida por Eduardo Lourenço estriba-se numa analogia entre Otelo e o famoso Segismundo, personagem da peça de Calderón de la Barca, **La vida es sueño**. Eduardo Lourenço parece mesmo ficcionar o herói-prisioneiro a debater-se com estas interrogações. “Quem sou eu? O homem que derrubando o fascismo supunha libertar o país de uma tara monstruosa, ou o louco que imaginou essa tara para se sentir herói?” (Lourenço, 1976, p. 180).

No entanto, a analogia teatral de Eduardo Lourenço apresenta um outro alcance, porventura mais vasto. Desde logo, porque nela se inscreve a tese segundo a qual Portugal seria um “país transformado em palco revolucionário sem autêntica revolução” (Lourenço, 1976, p. 178). Ou seja, à não-existência do Fascismo acrescenta-se agora a não-existência do 25 de Abril, pelo menos enquanto *autêntica revolução*. Porquê? Segundo Eduardo Lourenço,

No dia seguinte ao 25 de Abril, um país quase inteiro descobre estupefacto e incrédulo que acabara de passar quarenta anos sob um regime político opressivo que recebe então, em escala popular, o epíteto infamante de *fascista*. Um certo número de imagens da nova televisão liberta (células de tortura, confissões de presos políticos) ofereceu nessa altura um suporte sensível a tão tardia e acabrunhante revelação. Mas o traumatismo salutar e o acesso de lucidez não tiveram muito tempo para se enraizar. Faltou à Revolução nascente a pedagogia viril e verídica que teria podido converter esse traumatismo em recordação fecundante (Lourenço, 1976, p. 178).

A quem responsabilizar por essa falha de *pedagogia viril e verídica*? Eduardo Lourenço chama à discussão aquele que, nessa época, considera ser “um dos observadores mais refinados do nosso efêmero político” (Lourenço, 1976, p. 181): Marcelo Rebelo de Sousa, hoje o Presidente da República. Com apenas vinte e cinco anos, Marcelo já se destacava como “*columnist*” (Lourenço, 1976, p. 181) à beira do “pântano superpovoado dos políticos de profissão” (Lourenço, 1976, p. 181), no qual a ingenuidade de Otelo se terá deixado submergir, pelo menos aos olhos de um (demasiado complacente?) Eduardo Lourenço. Que dizia Marcelo, então? Que se vivia naquele período uma “sucessão inopinada de tentativas golpistas [e Marcelo] inclui nesse *golpismo patológico* o próprio 25 de Abril” (Lourenço, 1976, p. 179). Eduardo Lourenço, sublinhando que estas palavras não foram proferidas por nenhum inconsciente, conclui: “Não se pode dizer de forma mais clara que a Revolução, como acto político-militar autojustificado pelo que no fascismo havia de reaccionário, de cruel e de estruturalmente totalitário, *nunca existiu*” (Lourenço, 1976, p. 179). Estaríamos, assim, perante um duplo apagamento. Duas rasuras que, na sua reciprocidade, se legitimavam mutuamente. Por um lado, Marcelo identifica o 25 de Abril apenas com um entre vários *golpes* e, ao fazê-lo — essa é, pelo menos, a leitura que Eduardo Lourenço faz desta *interpretação* sintomática — como que recalca o carácter *estruturalmente totalitário* do Estado Novo. Repare-se num ponto essencial. Eduardo Lourenço não acusa Marcelo de mistificar a realidade. Pelo contrário, é a própria *realidade jornalística* que, de certo modo, se *auto-mistifica*. Como é que isso sucede? Por exemplo, ao fazer coincidir a “hora exacta em que saem da prisão *os ministros do Interior* desse hipotético (pelos vistos) fascismo criminoso, que é a mesma em que nela dá entrada o herói epónimo do 25 de Abril (como se esta troca de lugares relevasse de algo mais transcendente que o acaso...)” (Lourenço, 1976, p. 180).

O segundo dos artigos (“Do Fascismo que nunca existiu”) inicia-se com um parágrafo sintomático:

O sarcasmo e a ironia mesmo quando não erram o alvo contêm sempre uma certa dose de desespero ou impotência (intelectuais) da parte de quem os utiliza. Mesmo úteis e às vezes imprescindíveis, podem contribuir para escamotear por seu turno aquilo que se desejaria clarificar. Escrever sarcasticamente que “o fascismo nunca existiu” — além do risco de ser tomado à letra num país distraído... — deixa intacta a questão essencial e a única que merece consideração: *que era, que foi o fascismo português para que, passados dois anos do seu hipotético fim, apareça já a muita gente como qualquer coisa que efectivamente nunca existiu?* E por via de consequência, como qualquer coisa que pode ressurgir de novo, que está até ressurgindo, sem que tal fenómeno desperte preocupação de maior em considerável porção do eleitorado português? (Lourenço, 1976, p. 230).

Vários aspectos merecem ser, quanto a mim, sublinhados. Por um lado, Eduardo Lourenço parece dar-se conta dos inevitáveis perigos da ironia. Jogando nos limites entre o sério e o lúdico, entre o verdadeiro e o ficcional, o ironista pode sempre vir a *ser tomado à letra*. Principalmente, num país distraído. Mas, por outro lado, essa distração e o risco que ela comporta são, em si mesmos, também sintomáticos. Ou seja, se, “passados dois anos do seu hipotético fim”, é já possível que se escreva e sobretudo que se leia, à letra ou não, que determinado fenómeno nunca existiu, então é essa possibilidade (e aquilo que ela, paradoxalmente, revela) que merece ser interrogada. Eis, portanto, a única questão verdadeiramente essencial: de que se fala quando falamos de fascismo português? Terá ele existido? E, no caso da resposta a esta pergunta ser negativa, o que é que existiu no suposto lugar dele?

Eduardo Lourenço afirma:

O “fascismo” derrubado a 25 de Abril existiu, e com que espécie de perfeição quase absoluta, mas não existiu nunca como a maioria da oposição democrática o pensou antes do 25 de Abril e a ele continua a referir-se uma parte da classe dirigente triunfante, simplificando-o com a espécie de violência infantil que se reserva aos papões que deixaram de meter medo (Lourenço, 1976, p. 232).

Por outras palavras, pensar e sobretudo agir como se, quer o fascismo português, com ou sem aspas, quer o acontecimento (Revolução? Apenas mais um *golpe*?) com que ele veio terminar, fossem meros acidentes, é o primeiro passo para não conseguir descortinar a razão de ser de quer um, quer outro. Ora, do ponto de vista de Eduardo Lourenço (que pode — e sobretudo deve — ser discutido),

“o fascismo português” foi qualquer coisa de “profundo”, de intimamente ligado por todas as fibras do nosso itinerário histórico a toda uma estrutura arcaizante da sociedade portuguesa, qualquer coisa de “orgânico”, para empregar uma das “categorias” do próprio sistema. Não sei se foi mais “orgânico” que o nazismo, mas foi-o sem dúvida mais seriamente que o fascismo propriamente dito, o italiano, que, *laico* na sua ideologia, não pôde realizar a simbiose espantosa, o monstruoso conúbio que o nosso operou, desde o início, com o catolicismo (Lourenço, 1976, p. 232).

E assim importa interrogar: quem foi o responsável por esse *monstruoso conúbio*? Ou, para usar as palavras de Marcelo Rebelo de Sousa que, de novo, comparece neste segundo artigo de Eduardo Lourenço: quem julga quem? É que, ao contrário do que sucedeu nos julgamentos de Nuremberga, nos quais “inimigos vencedores julgam vencidos alheios” (Lourenço, 1976, p. 236), no caso do *fascismo português*, com ou sem aspas, julgar os responsáveis pela sua face mais visível e mesmo *criminosa* — “ausência de liberdades, torturas, arbítrios, exhibições de escandalosos privilégios, etc” (Lourenço, 1976, p. 234) —, sendo imprescindível (mas até a esse mínimo

indispensável a qualquer Revolução parece ter faltado a tal *pedagogia viril e verídica...*), não é, todavia, suficiente. Julgar o fascismo português, com ou sem aspas, passará sempre por tentar esclarecer as suas motivações e causas profundas. Numa palavra, *pensá-lo*. Tal implica tempo e paciência.

Em todos os sentidos do termo é *um processo histórico e da história*, o que quer também dizer que de certo modo sempre estará em julgamento adentro da história que seremos, e fizermos. O autêntico processo do fascismo caseiro será constituído pela superação política, social, económica, educativa e cultural do estado de coisas que lhe constituiu o cerne. Se essa superação for levada a cabo em termos pertinentes e duradouros, poder-se-á dizer então que “o fascismo” morreu. Enquanto isso não acontecer estará apenas suspenso. À parte a liquidação da face mais repugnante do *iceberg* fascista (supressão da polícia política, da censura à Imprensa, etc.), ainda não se pode pensar que nos libertámos dos seus malefícios. Ainda não sabemos, mesmo, até que ponto somos capazes de criar condições estáveis para que esses malefícios não apareçam de novo, idênticos ou sob máscaras inéditas, como simples reflexo de uma antiga, triste e trágica realidade, a nossa mesma. (Lourenço, 1976, p. 236)

Outra metáfora que Eduardo Lourenço utiliza para *pensar o fascismo* é inspirada na linguagem médica, quando escreve: “Pode, se se quiser, comparar a realidade efectiva do fascismo português á de um cancro omnipresente mas invisível e indolor para o tecido nacional no seu conjunto, embora visível a olho nu e intolerável para aqueles que no interior dele se sabiam ameaçados de morte e inexistência cívica” (Lourenço, 1976, p. 233).

Cinquenta anos passados, talvez tenha chegado a altura de efectuar-mos esse balanço, olhando sem complacências mistificadoras mas também sem diabolizações igualmente enganadoras para aquilo que fomos e, de certa maneira, continuamos a ser. Algumas das (muitas e variadas) reflexões que Eduardo Lourenço continuou a partilhar (e com uma visibilidade muito mais pública) conosco neste Portugal agora formalmente democrático podem ser elementos de preciosa ajuda nessa tarefa. Mais ou menos a meio caminho deste percurso de cinquenta anos, Eduardo Lourenço respondeu a “um inquérito sobre o melhor e o pior acerca do 25 de Abril” organizado pelo jornal **Público** que, de resto, o ensaísta inclui numa das inovações mais positivas do pós-25 de Abril, a saber:

Renovação da paisagem jornalística portuguesa, diária ou semanal (aparecimento de *O Independente* e do *Público*, remodelação do *Expresso* e do *Semanário*). Ao mesmo tempo as revistas femininas aparecem em força, traduzindo uma revolução em matéria de gosto, de sensibilidade e de referências éticas. Uma nova geração ocupa o centro da vida cultural portuguesa (Lourenço, 1994, p. 5-6).

Esta resposta de Eduardo Lourenço justifica uma análise mais fina, pois, para além dos seus aspectos circunstanciais e que provavelmente suscitariam hoje, caso isso fosse possível, uma resposta diferente por parte do ensaísta, há nela elementos por assim dizer estruturais ou, pelo menos, estruturantes, para empregar uma palavra mais cara ao autor de quem aqui se fala. Em relação ao diagnóstico de 1976 e à terapia que nessa altura Eduardo Lourenço prescrevera, basta ler o primeiro elemento negativo para se perceber que, em 1994, apesar dos aspectos inegavelmente positivos, muito caminho ainda haveria para percorrer:

Incapacidade ou insucesso da revolução de Abril para levar a cabo uma crítica fundada e eficaz não só das referências e da prática política do antigo regime, como da sua cultura. Legitimada e legítima como democracia, a mudança operada pela revolução nunca se legitimou totalmente em termos de cultura (Lourenço, 1994, p. 6)

E nos últimos trinta anos? Ou seja, desde 1994 até ao Portugal de hoje? Será que conseguimos estar mais atentos às causas do *cancro omnipresente*? Ou seja, estaremos agora em melhores condições para perceber o que foram quer o Estado Novo, quer o 25 de Abril? Gostaria de acreditar que sim, mesmo se os sinais que, todos os dias, recebemos de uma realidade auto-mistificadora, de que o inevitável Marcelo Rebelo de Sousa, primeiro como infatigável comentador, hoje como Presidente da República, continua a ser protagonista, apontem noutra sentido. Mas, claro, isso seria abrir uma nova discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.P.. “O fascismo? Nunca existiu...”. *In: O Jornal*. Lisboa, 20/VIII/1976, p. 26.

LOURENÇO, Eduardo. **O Fascismo nunca existiu**. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

_____. “Programa do MFA. Euforicamente sós”. *In: Público*. Lisboa, 24/IV/1994, pp. 5-6.

Recebido para avaliação em 05/02/2024.

Aprovado para publicação em 22/02/2024.

NOTA

1 João Tiago Lima é professor auxiliar com agregação do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e Membro Integrado do Centro de Investigação Praxis-Filosofia, Política e Cultura. As suas principais áreas de pesquisa são o pensamento filosófico português contemporâneo e a filosofia do desporto.